



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15904 - Resumo Expandido - Trabalho - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
 ISSN: 2595-7945
 GT 06 - Educação Popular

As Policiais Penais e seu Papel Educativo

Marcos Melo de Oliveira - UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

Elenice Maria Cammarosano Onofre - UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

AS POLICIAIS PENAIS E SEU PAPEL EDUCATIVO

Este estudo tem como pressuposto que a educação é um fenômeno complexo, que acontece ao longo da vida e em todos os lugares e situações, assim como sinaliza Brandão (2013). Nessa perspectiva, a instituição prisão, entendida como espaço da sociedade tem um papel educativo para com todos e todas que ali habitam e trabalham, pois em seu interior ocorrem práticas sociais e processos educativos. No dizer de Oliveira et al. (2014), as práticas sociais são todas as situações que geram interações entre as pessoas, entre pessoas e grupos, de grupos com outros grupos e desse modo podem levar a manutenção, a mudança ou inovações nos modos de ser das pessoas. O objetivo geral do estudo é compreender a função educativa das policiais penais e as possíveis contribuições para as políticas sociais na prisão. Tomamos como colaboradoras do estudo, as policiais penais que atuam em uma unidade prisional localizada no Triângulo Mineiro, estado de Minas Gerais, Brasil. Trata-se de estudo de natureza qualitativa que utiliza como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, a análise documental, o questionário, as rodas de conversa e o diário de campo. A pesquisa bibliográfica nos permitiu construir e fundamentar a relevância do estudo e como poderíamos avançar neste campo de conhecimentos. A partir desse alicerce teórico traçamos como questão de pesquisa: Qual a função educativa das policiais penais na instituição prisão? A pesquisa documental nos permitiu conhecer como surgiu a Polícia Penal e as suas atribuições em nível federal e mineiro, bem como algumas adequações ocasionadas pela pandemia da covid-19, nos anos de 2021 e 2022. Como recursos de coleta de dados empíricos foram utilizados o questionário como forma de aproximação e caracterização das colaboradoras e as rodas de conversa, que nos permitiram dialogar sobre a percepção das policiais penais sobre seu trabalho e papel na instituição prisão. Da organização e análise de dados, ancorados na análise de conteúdo proposta por Franco (2018), emergiram dois focos de análise: Atribuições das policiais penais e seus entraves e Significados mudaram, outros se ampliaram. A análise e desenvolvimento do primeiro foco se deu em diálogo com a Teoria da Ação Antidualógica de Freire (2016), com a Teoria de Valorização dos Saberes Cotidianos, elaborada por Teixeira (1990) e com a posição contra o silêncio das classes subalternizadas defendida por Spivak (2010) que acredita na importância de se dar ouvidos às classes subalternas, em especial às

mulheres. O estudo do segundo foco foi desenvolvido em diálogo com a Teoria Divisão Sexual do Trabalho elaborada por Hirata e Kergoat (2007), com a concepção sobre diálogo de Freire (1992) e de Hooks (2021), com a Teoria da Construção do Mito do Colonizado pelo Colonizador, defendida por Memmi (2021) e com o entendimento de Fiori (2014) sobre o que é humanização. Os resultados do estudo evidenciam que as atribuições das policiais penais, apesar da sobrecarga de trabalho e demais entraves enfrentados, não se constituem em vigiar e garantir a segurança na instituição prisão, mas no fazer dialógico e humanizador das policiais penais com as pessoas em privação de liberdade. Em relação ao diálogo, as policiais sinalizam que é o principal instrumento de trabalho e que por meio dele mantêm relações positivas e de horizontalização com as pessoas em privação de liberdade e estas o utilizam para sobreviver na prisão, o que revela o diálogo como uma prática educativa essencial, como anunciado por Freire (1992). No que tange a forma humanizada de atuar das policiais, ao humanizarem, se humanizam e recebem seu reconhecimento. A caminhada com parceiros de travessia no curso de doutorado, em diálogo com os nossos saberes da experiência como policial penal nos levaram a defender a tese: as e os policiais penais têm valor social relevante e contribuem com os seus saberes, ancorados no diálogo e na humanização, para a criação de um serviço público de qualidade para as pessoas em privação de liberdade e para a sociedade.

Palavras-chave: Educação; Policiais Penais; Pessoas em Privação de Liberdade; Práticas Sociais; Processos Educativos.

REFERÊNCIAS:

BRANDÃO, Carlos Henrique. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 2013. 124 p.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo.** - 5. Ed. – Campinas: Editora Autores Associados, 2018.

FIORI, Ernani Maria. **Educação e política:** textos escolhidos. Coordenação Otília Beatriz Fiori Arantes. – 2ª ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

FREIRE, Paulo. FREIRE, Ana Maria Araújo. **Pedagogia da Esperança:** Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 60ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HOOKS, Bell. **Ensinando comunidade:** uma pedagogia da Esperança. Tradução de Kênia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução: Fátima Murad. São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 596-609, set./dez. 2007.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido do Retrato do colonizador**. Prefácio de Jean-Paul Sartre. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

OLIVEIRA, Maria Wadenez; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; GONÇALVES JÚNIOR, Luiz; MONTRONE, Aínda Victória Garcia; JOLY, Ilza Zenker Leme. Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. In: OLIVEIRA, Maria Waldenez; SOUSA, Fabiana Rodrigues (Orgs). **Processos Educativos em Práticas Sociais: pesquisas em educação**. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 29-46.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2010.

TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez. **Antropologia, cotidiano e educação**. – Rio de Janeiro: Imago Ed., 1990.